

"Democracia" versus censura através da atuação de Rachel de Queiroz no Conselho Federal de Cultura (1967-1989).

RAQUEL FRANÇA DOS SANTOS FERREIRA.*

Introdução:

A pesquisa que ora se discute é fruto de desdobramentos de produções anteriores, já desenvolvidos em mestrado acadêmico na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cujo resultado foi a dissertação intitulada *Antônio Maria: Visões de Copacabana na década de 1950* - com a orientação do professor Ilmar Rohloff de Mattos. Nessa buscou-se observar, através da análise de crônicas escritas por Antônio Maria Araújo de Moraes – pernambucano que residiu no Rio de Janeiro entre os anos 1945 e 1964 -, as representações construídas pelo autor, em seus textos publicados em jornais cariocas, no sentido de desmistificar a imagem do Rio de Janeiro como ‘Cidade Maravilhosa’.

Aproveitando aquela experiência com publicações seriadas e crônicas, bem como o cotidiano de pesquisa presente em trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, resolveu-se aprofundar academicamente as análises que vem sendo elaboradas a partir de leitura das mais de mil crônicas encontradas na revista *O Cruzeiro*, de autoria de Rachel de Queiroz. Pesquisando-se a produção e a atuação profissional da autora, chegou-se a sua participação como membro do Conselho Federal de Cultura, criado em 1967, e a sua importância como elaboradora de algumas das medidas relacionadas às políticas públicas sobre a cultura do Brasil, durante o Regime Militar estabelecido pós-64.

Objetivos da apresentação:

Para o presente Simpósio Temático, escolheu-se analisar os posicionamentos adotados por Rachel de Queiroz, como flagrante de sua participação política (Dallari, 1984), no tocante aos temas: práticas culturais, condutas políticas e de cidadania, através dos pareceres da autora publicados nos periódicos mantidos pelo Conselho, já

* Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense, orientação da Prof^ª Dr^ª Magali Gouvêa Engel, e Assistente em Documentação da Coordenadoria de Publicações Seriadas FBN/RJ.

que dizem diretamente respeito aos pressupostos estabelecidos pelas Coordenadoras, na ementa:

O Simpósio buscará aproximar pesquisas que tratem do papel de editores, escritores e demais atores ligados ao mundo do livro na vida política e cultural da República brasileira. Questões relacionadas à produção, edição e circulação de livros e impressos; ao projeto político, linha editorial e política editorial; à censura, proibição e apreensão de livros, entre outras, irão contribuir para o aprofundamento dos debates na área da História do Livro e da História Editorial. (XAVIER/ PEREIRA, 2011)

Rachel de Queiroz figurava entre os elementos pertencentes às classes ditas dominantes daquela época. Suas performances, em seus textos, apresentavam características flagrantes de assimilação dos valores dispostos pelos discursos de militares e setores conservadores da sociedade brasileira de então. Pairam dúvidas: o que teria acontecido com a mulher outrora presa como comunista? Seria uma nova consciência de classe forjada pela autora? Sabendo de sua penetração em camadas populares, através das páginas da revista, haveria mensagens subliminares em seus textos? De que tipos seriam, em caso afirmativo?

Thompson pode colaborar quando afirma que “todo o significado é um significado-no-contexto e, quando as estruturas mudam, as formas antigas podem expressar funções novas e as funções antigas podem encontrar sua expressão em formas novas” (Thompson, apud Soihet, 2003: p.16).

Rachel de Queiroz:

Como se chegou à autora? Tendo sido convidada por Assis Chateaubriand, para compor o elenco de escritores da revista *O Cruzeiro*, Rachel vai manter ali uma coluna de crônicas, sendo uma das cronistas mais importantes da revista. Por que a designamos com tal notoriedade? Um dos motivos é porque, tendo seus méritos de escrita já reconhecidos pela crítica literária daquele tempo, sua série de crônicas saía semanalmente na seção *Última Página*, durante nada mais, nada menos do que 30 anos.

O primeiro texto escrito por Rachel de Queiroz para as páginas da revista *O Cruzeiro*, foi localizado na publicação de 15 de dezembro de 1945. Depois desse, são encontrados escritos semanais da autora até 1975, época em que a revista saiu de

circulação. Tendo suas crônicas exatamente na página derradeira da publicação, parecia um convite ao leitor curioso para o próximo número da revista.

Foram, ao todo, mais de 1500 crônicas publicadas no decorrer dos anos em que se manteve escrevendo para o periódico. Seus temas versavam sobre assuntos como: mulheres, respostas às cartas de leitores, política, futebol e religião – contrariando aqueles que insistam em afirmar que esses três últimos temas não se discutem.

A trajetória de Rachel pode ser conhecida através das memórias da autora em capítulos do seu romance *O Quinze* (1930). Marcada pela fuga da seca nordestina, em 1917 se retirava com os pais para o Rio de Janeiro. Anos depois, em 1925, ela retornou a Fortaleza, onde se formou professora primária no Colégio da Imaculada Conceição, com apenas 15 anos de idade. Daí em diante, passou de redatora efetiva no jornal *O Ceará*, onde inicialmente adotava o pseudônimo de Rita de Queluz, a romancista, cronista em impressos como: *Diário de Notícias*, *O Jornal* e *O Cruzeiro*. Chegou a ser a primeira mulher eleita imortal da Academia Brasileira de Letras, em 4 de agosto de 1977, onde ocupava a Cadeira Cinco, na sucessão de Candido Motta Filho.

Outra razão para sua relevância teria sido a sua inserção na vida política do país. Durante a década de 30, quando se envolveu com ativistas comunistas e foi presa pela polícia repressora do Estado Novo, Rachel de Queiroz procurava expressar sua visão regionalista, de forte apelo social, e crítica contumaz aos corruptos e entendidos, por ela, como inimigos do povo brasileiro. A coerência na crítica aos opressores levou a sua ruptura com o Partido Comunista, na década de 40, devido à profunda decepção sofrida quando Leon Trotsky foi morto a mando de Joseph Stalin.

Durante o exercício de sua profissão, a escritora Rachel de Queiroz entrou em contato com empresas, cujo posicionamento político era bem claro e que davam ‘o tom’ dos meios de comunicação de massa brasileiros, especialmente porque se tratavam de empresas de abrangência nacional (Werneck. 1984). Um dos primeiros periódicos com os quais Rachel entrou em contato, no Rio de Janeiro, foi *O Jornal* - do empresário Assis Chateaubriand.

No Rio de Janeiro, o *Diário da Noite* e *O Cruzeiro* também estavam ligados aos Diários Associados, assim como *Diário de São Paulo*, *Correio da Tarde* e *Diário da Noite*, em São Paulo; *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, em Belo Horizonte; *Diário de Notícias*, em Porto Alegre e *Diário de Pernambuco* no Recife.

Assis Chateaubriand, dono e diretor dos Diários Associados, investiu na área de correspondência internacional, ganhando credibilidade para seus periódicos, embora mantendo um caráter conservador para suas opiniões jornalísticas que não raro satisfaziam suas intenções políticas. Ficou conhecido pelo controle sobre a divulgação de informações o que, por vezes, aproximava os periódicos da chamada ‘imprensa marrom’.

Dentro desse círculo, que processos deram conta das idas e vindas e dos diversos sentidos de conceitos como os de cultura, política e cidadania? Essas noções eram consideradas determinadas ou havia debates ao seu entorno? E caso afirmativo, quais questões figuravam entre as principais? Rachel estaria sensível a elas?

Com opinião forte e marcante, a cearense Rachel de Queiroz teve posicionamentos controversos ao longo de sua vida? De presa política, na ditadura Vargasista, a membro do Conselho Federal de Cultura de 1967 a 1989, na ditadura militar-civil: tal mudança de pólos radicalmente opostos teria sido fruto de posturas ambíguas? Como a autora terá contribuído para o que hoje conhecemos sobre o Brasil da década de 60?

Partindo dessas questões iniciais, percebeu-se crucial o entendimento das relações da autora com o Conselho Federal de Cultura já que um dos problemas centrais da pesquisa seria o estudo das tensões entre o que era permitido que se publicassem no conteúdo da revista *O Cruzeiro*, com relação às práticas culturais, condutas políticas e de cidadania. De que maneiras a autora dialogava com os elementos censores do período, já que ela mesma fazia parte do próprio Conselho Federal de Cultura desde a sua fundação? Estaria Rachel de Queiroz abordando críticas primordiais da sociedade brasileira da época em seus textos?

Conselho Federal de Cultura:

E Conselho Federal de Cultura? Em que conjuntura ele foi criado? Segundo Lia Calabre,

O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado pelo do Decreto-Lei nº74, de 21 de novembro de 1966, e instalado a partir do Decreto nº 60.237, de 27

de fevereiro de 1967. Permaneceu em funcionamento por mais de 20 anos e teve sua dissolução decretada em 1990.(CALABRE, 2006: 81¹

Ainda no mesmo artigo, Lia Calabre discute a importância das políticas culturais do período do surgimento do Conselho, já que o Estado brasileiro, através da atuação dos governos instaurados durante o regime militar, muito se preocupou em monitorar as práticas e produções culturais no país. Mas também se deu a atribuição de incentivar políticas culturais de fomento ao livro e à leitura, mormente às que dissessem respeito à cultura nacional, para garantir a coesão necessária para a manutenção da ‘ordem’ estabelecida pós-64.

Sendo assim, o Conselho Federal de Cultura surge com as atribuições de:

Entre as atribuições do CFC, previstas na legislação, estavam a de formular a política cultural nacional; articular-se com os órgãos estaduais e municipais; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura; reconhecer instituições culturais; manter atualizado o registro das instituições culturais; conceder auxílios e subvenções; promover campanhas nacionais e intercâmbios internacionais. Mesmo com essas múltiplas atribuições, o órgão tinha caráter normativo e de assessoramento do ministro de Estado. Os pareceres votados pelo CFC serviam como recomendações a serem executadas pelo ministério. Apesar do caráter normativo e de assessoramento, o conselho recebia uma pequena dotação orçamentária que lhe permitia tanto executar ações e projetos próprios quanto conceder apoio financeiro, atendendo a parte significativa das solicitações que recebia. Os conselheiros eram remunerados através de jetons pagos pelas reuniões, sendo que as atividades do conselho tinham prioridade sobre os outros cargos públicos que os mesmos exercessem.(CALABRE, 2006: 83).

Suas atividades podem ser acompanhadas através da leitura das suas revistas *Cultura* (1967 a 1970) e *Boletim do Conselho Federal de Cultura* (1971-1989). Nelas estão descritas tanto as atas das reuniões, quanto os pareceres dos conselheiros sobre as matérias que lhes dissessem respeito.

¹ Calabre, Lia. ‘O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974’. **Estudos Históricos**. RJ: FGV, n°37 (jan-jun 2006), p.81.

Como exemplo para debate, trago a transcrição de parte da Ata da 74ª Sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura, realizada em 20 de março de 1968:

“(...) O Conselheiro Ariano Suassuna, em seu nome pessoal, leu longas considerações sobre o delicado e urgente problema da censura feita pelo Poder Civil às obras de arte e literatura em geral e ao teatro e cinema em particular, dizendo-se movido apenas pelo desejo de contribuir com mais uma opinião para que o Conselho, vá aos poucos, formulando a sua. (...). Referiu-se a pronunciamento de Dom Marcos Barbosa sobre a censura, em oportunidade anterior, quando defendeu a censura não somente como um direito, mas como uma obrigação de resguardar a população do que lhe pode causar danos morais; manifestou posição contrária e estendeu-se sobre o que lhe parecia ser a liberdade de criação para o artista e o escritor, bem como para o ator e o dramaturgo. Afirmou que a censura deve sair do âmbito policial. Indagou por que a censura não toma providências contra certo gênero de publicações e espetáculos, o que lhe parecia indicar que ela não se dirigia à preservação moral da infância e da juventude. (...) Abordou o problema da eficácia real da censura que, em verdade, faz a propaganda das obras que proíbe. Disse acreditar que a liberdade, apesar de seus riscos, mesmo com licença e abusos, é muito melhor do que a repressão. (...). Acrescentou que a censura não se pode arrogar o direito de dizer a homens adultos o que é ou não prejudicial a eles nas obras de artes e literatura. (...) Com a palavra, o Conselheiro Dom Marcos Barbosa (...) disse que, quando no Conselho falou sobre a censura, não pretendia doutrinar, mas apenas expor a dificuldade em que se encontrava para representar o Órgão junto ao Grupo de Trabalho que eximia a reformulação da censura. Acrescentou não ter dado seu aplauso a qualquer tipo de censura, mas apenas julgava necessária, disse entender que o artista é livre, mas, como homem, está inserido na comunidade, e não deve esquecer os prejuízos que possam decorrer de determinadas obras. (...). A Conselheira Rachel de Queiroz observou verificar, das palavras dos Conselheiros Ariano Suassuna e Dom Marcos Barbosa, haver coincidência no sentido de que a censura passe do plano policial para o cultural. O Conselheiro Clarival do Prado Valladares declarou estar havendo um conflito dentro do próprio Governo e que, por isto ele, embora tendo experiência direta a respeito, se abstinha no momento, de manifestações pessoais, pois tinha fé em que o Ministro Gama e Silva com seu esclarecimento e boa vontade, haveria de encontrar uma solução para o problema.(...) O Conselheiro Afonso Arinos, observando

existirem na Constituição dois dispositivos aparentemente contraditórios, sendo um de sua autoria, aquele que estatui que as letras, ciências e artes são livres, disse suspeitar que, por trás da crise que repentinamente desencadeou a propósito da censura, havia algum problema de natureza mais grave, algum desajustamento da ordem institucional, que deve ser examinado com atenção, pois não é só a censura que está em jogo. O Presidente salientou, a propósito da observação da Conselheira Rachel de Queiroz que, realmente, as diversas exposições que acabara de ouvir coincidiam e um ponto: parecia-lhe que a opinião do Conselho era a de que a censura deveria passar do plano simplesmente policial para o plano cultural. Acrescentou que, embora a censura tivesse uma orientação ética, acabava por atingir a estética (...).(Conselho Federal de Cultura, 1968: 107-109).

No bojo dessa discussão, aparecem importantes flagrantes de discordâncias entre membros da instituição que deveria nortear as diretrizes da cultura nacional. Emergem as tensões entre ‘democracia’ e censura... O que fazer para conter os indícios de crítica e de excessos inerentes a uma liberdade artística levada a termo em um regime que, até então se pretendia e proclamava-se democrático?

Interessante perceber que em momento algum se discute que não haja censura sob qualquer ponto de vista. A preocupação é em estabelecer-se uma *forma adequada de censura*. Rachel de Queiroz, ao salientar as aproximações entre posições aparentemente contrárias, torna patente que não há a alternativa, dentro do Conselho, em se evitar proibições. Ela que defendia firmemente em suas crônicas que um Estado que censura, provoca descontentamento e desequilibra suas funções democráticas.

Um outro aspecto a se sublinhar, é a percepção dos conselheiros em que ‘há algo estranho no governo’. A busca por cercear as produções culturais começava a extrapolar os limites entendidos como ideais para um Estado que se arrogava o direito de ‘botar ordem na casa’ para garantir a atuação democrática dos cidadãos. Havia a previsão de uma crise iminente, partindo inclusive do interior do governo. As dissidências começavam a pressionar, afinal de contas, já se passavam quatro anos do estabelecimento do regime.

Lembrando que o Ato Institucional nº 5 (AI-5) só seria publicado, e entraria em vigor, a partir de dezembro de 1968, muitas manifestações contrárias ao regime se

faziam presentes em todos os cantos do país. Na discussão que a ata descreve, do que se trataria a ‘censura policial’? Qual o ônus de uma ‘censura cultural’? E principalmente, como estabelecer os limites entre o cerceamento às liberdades estéticas e a censura ‘ética’?

Referências:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. ‘Biografia da Rachel de Queiroz’. Disponível em: www.academia.org.br, acesso em 21/08/2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CALABRE, Lia. ‘O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974’. **Estudos Históricos**. RJ: FGV, n°37 (jan-jun 2006), p.81.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Cultura**. RJ: CFC, 1968.

_____. Boletim do Conselho Federal de Cultura. RJ: CFC, 1971.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica ‘O Cruzeiro’. Ano 1, n.1(10 nov.1928).

DALLARI, D.de A. **O que é participação política**. S. P: Abril Cultural-Brasiliense, 1984.

GALUCIO, ANDRÉA LEMOS XAVIER (Pós Doutor(a) - UFF)/ PEREIRA, LUCIANA LOMBARDO COSTA (Doutor(a) - PUC-Rio). ‘Livros, editores, escritores e política no Brasil’. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=686, acesso em 04/03/2011.

NISKIER, Arnaldo. **Evocação de Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2010.

SECRETARIA Especial de Comunicação Social (SECS). **O Cruzeiro: a maior e melhor revista da América Latina**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade Rio/ SECS, Cadernos da Comunicação 3, jun/2002 [Série Memória].

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

SOIHET, Rachel. “Introdução”. IN.: ABREU, Martha/ SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

THOMPSON, E. P. “Folclor, Antropologia e Historia Social”. In: **História Social e Antropologia**, México, Amacalli Editores, 1994.